



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **1003160-45.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Monitória - Espécies de Contratos**
 Requerente: **Banco Bradesco S/A**
 Requerido: **Auto Posto e Lanchonete Joia de São Carlos Ltda e outro**

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

BANCO BRADESCO S/A, qualificado na inicial, ajuizou ação de Monitória em face de Auto Posto e Lanchonete Joia de São Carlos Ltda e Antonio Oliveira Junior, também qualificados, alegando seja credor da importância de R\$67.823,89 representada por uma cédula de crédito bancário nº 227/3773587, requerendo a expedição do mandado de pagamento pelo referido valor.

Os réus opuseram embargos ao mandado de pagamento, alegando esteja em trâmite perante a 7ª Vara Cível da Comarca de Osasco ação discutindo o mesmo contrato, questão que deve ser tomada como prejudicial para suspensão da presente demanda, enquanto no mérito destaca existirem outras operações vinculadas a conta corrente, o que motivou a ação de prestação de contas acima referida e que tramita sob nº 1019850-84.2014 perante o também referido órgão jurisdicional, à vista do que entendem comprovado o excesso no valor pleiteado (sic), cumprindo seja extinta a presente ação, em seguida ao que passa a impugnar a existência de capitalização de juros e anatocismo, impondo ao magistrado a análise das cláusulas do contrato a fim de averiguar eventual desvantagem para o consumidor (sic), tornando ao tema do juri para impugnar a taxa contratada e o cálculo de juros sobre juros, argumentos com base nos quais requereu o acolhimento dos embargos.

O banco/autor respondeu que o pedido estaria devidamente instruído com o título impondo a improcedência dos embargos, a partir do que indica a inaplicabilidade da limitação dos juros nos termos da Súmula vinculante nº 7, admitida a sua capitalização conforme Medida Provisória nº 2170-36/2001.

É o relatório.

DECIDO.

O argumento de que haveria relação de prejudicialidade entre o objeto da ação de prestação de contas nº 1019850-84.2014 que tramita perante a 7ª Vara Cível de Osasco e a presente ação não procede pois como se vê dos documentos de fls. 64/76 aquela ação cobra do banco ora autor/embargado dados da conta corrente nº 0024766-9, enquanto aqui se discute uma cédula de crédito bancário, contrato distinto e que vale por si nos termos da Súmula 14 do TJSP: "A cédula de crédito bancário regida pela Lei 10931/2004 é título executivo extrajudicial".

Depois, cumpre verificar que uma ação de prestação de contas é dúplice e até que julgada em segunda fase, o que equivale dizer em efetiva execução da sentença proferida em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

primeira fase, não se pode estabelecer eventual excesso para o valor cobrado nesta ação monitória.

Alias, é da letra do artigo 475-L do C.P.C. que cumpre ao devedor "declarar de imediato o valor que entende correto" quando reclamar excesso de execução, de modo que não tendo os embargantes qualquer elemento de impugnação específica ao crédito discutido, é de rejeitar o argumento de excesso no pedido monitório.

Em relação ao juros, de fato a Súmula vinculante nº 7 dispôs que a taxa de 12% ao ano, porque tinha sua aplicação condicionada a uma lei complementar, acabou revogada pela Emenda Constitucional nº 40/2003.

Finalmente, no que diz respeito a capitalização de juros e consequente prática de anatocismo, cumpre considerar que a cláusula terceira, parágrafo 1º, da Cédula acostada às fls. 41 destes autos, expressamente trouxe previsão de capitalização dos juros, de modo que cumprirá observado o entendimento já pacificado de que é "cabível a capitalização dos juros em periodicidade mensal para os contratos celebrados a partir de 31/03/2000, data da primitiva publicação da MP 2170-36/2001, desde que pactuada" (AgrReg. no AI nº 0117900-1 – 3ª Turma STJ – 16/02/2012).

Há, portanto, regular fundamento da ação em documento escrito que prova a existência de dívida líquida.

No mais, cumpre seja tomada a dívida pelo valor indicado na inicial, de R\$ 67.823,89, que tendo demonstração na memória de cálculo de fls. 5/10, não foi impugnado especificamente pelos embargantes e, como se sabe, "a alegação genérica de que houve capitalização de juros e cumulação de correção monetária com a comissão de permanência, desprovida de qualquer especificação, ofende o princípio do contraditório" (AP nº 816099-0 – 4ª Câmara Primeiro TACSP).

Esse valor deverá sofrer correção monetária pelo INPC, a contar do ajuizamento da ação, pois a partir daí "o critério de cálculo é com base na Lei nº 6899 de 1981" (AP nº 716227-2 – 7ª Câmara – Primeiro TACSP).

Os juros de 1% ao mês contam-se da citação.

Os réus deverão, ainda, arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da dívida, atualizado.

Isto posto JULGO IMPROCEDENTES os embargos opostos por Auto Posto e Lanchonete Joia de São Carlos Ltda e Antonio Oliveira Junior contra BANCO BRADESCO S/A, e dou por constituído o título executivo judicial pelo valor de R\$67.823,89 (*sessenta e sete mil oitocentos e vinte e três reais e oitenta e nove centavos*), o qual deverá ser acrescido correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data do ajuizamento da ação, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, e CONDENO o réus/embargantes ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da dívida, atualizado.

Um a vez transitada em julgado, intime-se o devedor, na pessoa de seu procurador, ou, na falta deste, na de seu representante legal ou então pessoalmente, a pagar o valor da condenação, conforme conta apresentada pelo credor, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de que seja acrescida multa de dez por cento (10%) do valor da dívida.

P. R. I.

São Carlos, 12 de agosto de 2015.

VILSON PALARO JÚNIOR
 Juiz de direito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA